RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE ERER NA FORMAÇÃO HISTORIADORA: UM RELATO DE MONITORIA

Myrelle Thainá Viana dos Santos;
Maria Vitória Moreno Laurindo (março - setembro de 2024);
Mahari Henaha Rodrigues Melo;
Paulo Roberto Souto Maior Júnior

Programa de Monitoria
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino da história do país foi por muito tempo - e ainda é - ensinada em uma perspectiva dualista e eurocêntrica. Com isso, surgiram demandas resultado das lutas dos movimentos sociais que a partir da década de 1970 do século passado conseguiram se organizar e ocupar espaços institucionais para uma melhor compreensão e vivência do mundo. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são exemplo do avanço político e social dessas discussões, colocando no centro do debate, neste caso em relação à educação, uma abordagem horizontal da história do país que contemplasse sujeitos outros que foram silenciados e invisibilizados durante a história. Tais mudanças, que tornaram obrigatório o ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena, também alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criada anos antes.

Como política afirmativa, surge nos currículos das universidades a disciplina de Educação para Relações Étnico Raciais (ERER) que tinha por objetivo primário capacitar os professores para trabalhar com essas questões. Isso é, a partir de discussões e metodologias diversas, aprofundar o entendimento de sujeitos históricos, como também questionar a hegemonia dos estudos das humanidades para uma melhor relação e conhecimento de outras histórias do Brasil.

Com isso, a disciplina no curso de licenciatura em História da UFPB tem o intuito de refletir sobre a necessidade de discussões a respeito das questões étnco-raciais no Brasil; identificar e repensar práticas racistas e excludentes em diferentes contextos históricos; e por fim, perceber possibilidades de abordagem para as questões étnico-raciais em salas de aula da Educação Básica.

METODOLOGIA

Pensando em uma melhor abordagem dos objetivos listados acima, a disciplina em seu plano de curso disponibilizou de uma literatura direcionada aos estudos e produções de personalidades acadêmicas negras como a Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Chimamanda Adichie, Edilson Moreira e Ana Maria Veiga, bem como de intelectuais e autoridade indígenas como Daniel Munduruku e Tanaíra Sobrinho. Este por sua vez, foram leituras prévias às aulas que tinham como intuito fomentar o debate e aprofundamento dos temas abordados nos textos, relacionando os assuntos com

exemplos cotidianos e experiências socioculturais dos discentes, possibilitando um ambiente significativo e transformador na experiência com o componente. Além disto, a vivência nas aulas de ERER permite um reconhecimento e aproximação de estudantes historicamente subalternizados, dado que possibilita questionar suas origens, seu entorno, suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se pouca obrigatoriedade do estudo da temática na formação inicial e continuada de professores. Ainda deixa a desejar uma preocupação do Estado ou de instituições governamentais que garantam a execução e obrigatoriedade da implementação do conteúdo na prática. Pensando no curso de história da UFPB, por exemplo, a criação e implantação da primeira disciplina sobre o tema ocorre após 17 anos da criação da lei 10.639/2003, sendo ministrada pela primeira vez em 2020. No estado da Paraíba em 2024 foi lançado um dossiê "20 anos da Lei 10.639/2003: a Paraíba fez sua lição?" pelo coletivo de mulheres negras Abayomi que apresentou resultados não satisfatórios. Nesse período, as atividades voltadas para tal ensino acontecem de maneira isolada por professores das áreas de linguagens e humanidades nas instituições.

A experiência com a monitoria trouxe um profundo impacto da realidade em sala de aula. As monitoras puderam, contando com a assistência do professor orientador, pensar ativamente na construção de um plano de curso, pondo em prática o conhecimento teórico anteriormente adquirido e em construção na graduação, sendo direcionadas a pensar um currículo inclusivo, caminhando sempre contra a corrente colonial, como apontado nas escolhas dos autores dos textos abordados em sala de aula. A preparação de planos de aula atrelados às apresentações de seminários em sala de aula e a experiência nas correções de atividades serviram de maneira particular para demonstrar a dinamicidade da vivência no cotidiano acadêmico e numa formação continuada, constituindo uma base sólida na formação no âmbito da licenciatura. Além da construção particular das monitoras envolvidas no projeto, pode-se observar também uma expressiva aproximação dos estudantes, onde, percebendo a sala de aula como um espaço acolhedor, e podendo dialogar com colegas que partilham da experiência acadêmica, abrem-se aos debates e procuram, sem desvios, uma comunicação aberta para expressão de opiniões e experiências, tirada de dúvidas e construção de atividades propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de atividades, debates e leituras no espaço acadêmico, quando direcionadas, contribuem para o aprofundamento de questões relacionadas à temática étnico-racial, pois consideram os meios de reconhecimento e conhecimento identitário vividos pelos sujeitos (Gomes, 2010). A disciplina tem a responsabilidade social, ética e política na formação de sujeitos que irão assumir posteriormente as salas de aula da educação básica. Com isso, se faz necessária não só uma continuidade, como também ampliação dos debates e perspectivas na história amparada na lei que firmem compromisso com uma educação antirracista com epistemologias outras. A monitoria, por sua vez, foi um espaço de imersão de aproximação tanto do ofício do historiador, como de uma prática docente, ressignificando a atuação dos estudantes na academia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº. 11.645/2008. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2008.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. cap. 3, p. 51-64. ISBN 978-85-7827-703-1.

COLETIVO ABAYOMI (Paraíba). Terlúcia Maria da Silva; COLETIVO ABAYOMI (Paraíba). Terlúcia Maria da Silva; COLETIVO ABAYOMI (Paraíba). Uliana Gomes da Silva. 20 anos da Lei 10.639/2003: a Paraíba fez sua lição?. 20 anos da Lei 10.639/2003: a Paraíba fez sua lição?, João Pessoa, ed. 1, p. 1 - 112, julho 2024.